



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

SÃO PAULO, SP, 13 DE MARÇO DE 2002

Meus amigos e amigas aqui presentes; Senhor Governador Geraldo Alckmin; Senhores Representantes do Corpo Diplomático; Senhores Ministros e Secretários de Estado; Senhora Prefeita Marta Suplicy; Meu querido amigo Rabino Henri Sobel; Roberto Heildut, Presidente da Congregação; Capitão Daniel Daly, que foi tão singelo, tão comovedor nas suas palavras, que agradeço imensamente; Membros da Congregação Israelita Paulista; Senhoras e Senhores,

Tenho, realmente, imenso prazer em poder participar hoje, aqui, desta reunião fraterna. Confesso que esta hora da noite não é a mais apropriada para fazer uma conferência propriamente dita, mas eu não quero deixar de expressar aqui, primeiro, a minha alegria de estarmos juntos, principalmente, numa congregação que se empenha nos valores, como recentemente mencionou o Rabino Sobel, de tolerância religiosa e de justiça social, que sabemos que são valores caros à comunidade judaica e à própria sociedade paulista.

O Rabino pediu-me para dizer algumas palavras esta noite sobre a paz e seu significado para o Brasil e o povo brasileiro.

Quero dizer, primeiro: nada mais inspirador em um discurso sobre a paz do que o ato que acabamos de presenciar aqui, com o capitão do Corpo de Bombeiros de Nova York, que me leva a ter uma sensação de mais mal-estar diante do que aconteceu. Ele foi testemunha. Seus amigos morreram. Todos nós sentimos obviamente aquilo.

Mas era preciso ter ido lá para ver o que significou isso. Eu fui, depois de uma reunião das Nações Unidas, visitei o local onde as torres gêmeas existiram. E me comovi, porque lá existe um palco e as autoridades sobem e prestam homenagem. Mas olhei em volta e vi muita gente. Gente do povo. Pensei: bom, não tem sentido simplesmente vir aqui, olhar e ficar reverente e não sentir esse povo. Eu me dirigi ao povo. Disse quem eu era. A primeira reação, normalmente, em relação a estrangeiros, especialmente Presidente da República de um país sabe lá de onde, de repente, como aqui no Brasil, era um tal de dar mãos, de abraçar, de chorar. Isso me comoveu. Via-se que era, realmente, uma população que sentia – sabe Deus se ali não estavam alguns dos seus parentes naquele momento. Isso marca. E as palavras do nosso Capitão do Corpo de Bombeiros, Daniel Daly, mostram, com muita espontaneidade, o que significa realmente o valor da paz e o repúdio, que vem de dentro, que vem da alma de todos nós, ao terror e à violência. E também o que significa a solidariedade. Ele, ao se referir ao capelão que lá morreu, ele se referia como alguém que perdeu um irmão. Ele sentia a dor e tinha solidariedade.

Isso, para nós brasileiros, é um compromisso que tem sido constante na nossa história: de solidariedade e de sentimento de paz.

A nossa diplomacia – aqui estamos com o nosso Chanceler Celso Lafer – desde o início, desde os primeiros anos da República, tratou de resolver os problemas em paz. Não é fácil. O País é imenso. São milhares de quilômetros de fronteiras. Talvez, bem contados, são mais de 15 mil quilômetros, com 10 vizinhos grandes e pequenos. Nós consolidamos essa fronteira com tratados, sem guerra, na paz. Isso é algo que marcou.

Não por acaso, o Barão do Rio Branco, que foi o grande artífice dessa política, quando vivia, ele não era apenas o Chanceler. Chanceler que se vê de longe – as fotografias o mostram com um jeito meio português,

falava com sotaque um tanto lisboense – era como no Rio de Janeiro, no tempo dos meus avós, se falava – e um pouco gordinho, com seu chapéu. Ele era mais do que isso. Ele era festejado pelo povo. Ele era reconhecido como alguém que, realmente, tinha um compromisso com o Brasil, na paz. E conseguiu. Essa foi a marca permanente da nossa história republicana, que se desdobrou depois com os grandes brasileiros, desde Rui Barbosa que, na verdade, defendeu a paz fundada na igualdade entre as nações, princípio consagrado na Carta das Nações Unidas, que foi defendida lá nos encontros de Haia.

O Brasil voltou a ter posição absolutamente clara, transparente, na Conferência de São Francisco, para definir os contornos de um sistema de segurança que inibisse os riscos de uma nova guerra.

Só que a ONU se viu mal nascida. Já estava cerceada pela Guerra Fria. Até recentemente, assistimos a uma permanente escalada ou, pelo menos, ao temor de uma escalada nuclear, e à disseminação de um maniqueísmo ideológico que impôs ao mundo uma ordem bipolar. É preciso dizer que o Brasil foi crítico dessa ordem bipolar sempre. A visão restritiva de que, ou se estava alinhado ao Leste, ou se estava alinhado a Oeste, não foi aceita no Brasil desde os tempos da famosa política externa de Juscelino Kubitschek.

Horácio Lafer, que também contribuiu para a criação da Congregação Israelita Paulista, dizia que “o mundo tem outros pontos cardeais”. Não pode se orientar simplesmente pelo Leste/Oeste. Não aceitou a bipolaridade.

Nós, na verdade, nunca nos desviamos desse caminho, mesmo quando – e aí é paradoxal – entramos na guerra. Entramos duas vezes nas guerras mundiais. Um país longínquo, no remoto Ocidente, bem remoto Ocidente, bastante tísido, tão diferente do outro Ocidente, se meteu nas guerras do Ocidente. Mas se meteu pelo espírito de liberdade que é o fundamento que permite a paz. Não foi senão para se opor ao totalitarismo.

Nunca fomos partidários simplesmente do que Norberto Bobbio chama de paz negativa, ou seja, a ausência de um estado de beligerância; sempre quisemos que houvesse uma paz positiva. Portanto, que o

ambiente internacional não apenas ficasse livre de hostilidades, mas que fosse propício ao diálogo e à cooperação entre os Estados. A demanda do nosso Rabino: o diálogo, o espírito de tolerância.

O Brasil sempre tratou de articular consensos, como um *tertium inter partes*, porque não temos poder, nem poder excedente, mas temos um histórico de boa convivência e nos empenhamos para agir dessa maneira.

Nunca nos faltou legitimidade para contestar os arranjos de congelamento de poder, que eram tão ao gosto dos gestores da Guerra Fria. Infelizmente, às vezes, o que nos faltou, aqui, foi legitimidade interna. Houve momentos em que em tempos sombrios, mesmo quando os governos desses tempos tinham uma posição que se opunha à bipolaridade e, de alguma maneira, procuravam escapar da Guerra Fria, não tinham autoridade moral para assim proceder, porque tinham os pés de barro. Eles não podiam criticar a ordem internacional porque nós não tínhamos, aqui dentro, uma ordem realmente de liberdade e democracia e, portanto, de paz. As queixas internacionais contra as violações dos Direitos Humanos, no Brasil, eram contestadas aqui dentro, em nome de um mal compreendido patriotismo. Sabemos que o legado histórico do Brasil não era esse.

Um homem como Joaquim Nabuco, quando teve que se defrontar com as questões abolicionistas da escravidão, nunca aceitou o argumento da soberania para desqualificar a interrupção do tráfico negreiro. Uma posição corajosa no século XIX, alguém, aqui, se negar a dizer: não, não podem se intrometer aqui dentro porque são de outro lado, nós somos uma nação soberana. Em questões de interesse da humanidade, em questões mais amplas da democracia, não vale o argumento da soberania. Nós nos lembramos, todos, de épocas, muito recentemente, em que aqui, no Brasil, não se pensava assim, muito recentemente. Querido Rabino Sobel, quantas vezes estivemos deblaterando nos momentos mais duros do arbítrio, para não aceitar esses pontos de vista e buscar apoio onde quer que fosse, sob a condição de que mantivéssemos, aqui, o fundamento da paz, que é a liberdade, que é a democracia. Se não houvesse isso, como poder falar grosso, lá fora, se aqui dentro tínhamos os pés de barro?

E, aqui, quero prestar uma homenagem – mais uma, um tributo – ele escreveu, num livro, um tributo a mim. Quero fazer um tributo a ele. Naqueles dias difíceis, nos momentos em que começou a haver uma reação contra as violações dos direitos humanos, houve um momento que foi marcante, que foi o momento em que Vladimir Herzog foi morto. O Rabino Sobel se lembra disso. Dias terríveis. Dias em que eu trabalhava aqui perto, na rua Bahia, e a Clarice, casada com Vlado, – os dois foram meus alunos – foi me ver chorando. Não se sabia, ainda, tudo. Mas já se adivinhava. Depois fui ver outra pessoa – a quem presto sempre homenagem – que é Dom Paulo Evaristo Arns. O Dom Paulo estava ali, firme, disposto a um protesto ecumênico. Mas foi o Rabino Sobel, quem disse que Vlado não ia ser enterrado no local dos suicidas. Ao dizer isso, o Rabino Sobel decretou que ele foi assassinado e permitiu que houvesse uma justa repulsa à violência que se havia praticado.

Pois bem. Hoje, a linguagem que prospera aqui na democracia é completamente diferente. Hoje, todos sabemos que é preciso que haja democracia, para que haja a paz. Todos nós sabemos que Kant chegou a situar a forma republicana, no sentido do controle das decisões soberanas pelo povo, como a condição necessária para uma paz perpétua.

Essa idéia é uma idéia iluminista. Benjamin Constant a encontrou, também, no constitucionalismo liberal, essa idéia de que era preciso arrefecer o que ele chamava de espírito de conquista.

Bom, nem sempre a história deu guarida a esses impulsos iluministas. Não foram poucas as ocasiões em que países democráticos se viram envolvidos em conflitos que reputaram justos.

Mas exemplos também existem a favor da tese de que a democracia inibe o ânimo belicista e impede que ele se dirija contra outros Estados. No caso nosso, aqui da América Latina, a evolução recente tem mostrado que tantas vezes nós, aqui, fomos vítimas desse conluio entre o autoritarismo e violência política. Sabemos que, hoje, ninguém quer mais a reedição daquelas circunstâncias de abuso do poder, de triste memória, que marcaram a nossa região em outras épocas. Nós, na verdade, passamos por transições nas quais o impulso interno é grande para que se assegure essa paz, mas também com uma compreensão de

que é preciso que se entenda que há uma sinergia entre diversos processos nacionais, fator importante para manter essa idéia de paz e de democracia.

O fato é que, hoje, o respeito às liberdades públicas tornou-se alguma coisa quase – eu diria – generalizada aqui na nossa região. A tal ponto que, hoje, quando se reúnem Presidentes da América do Sul, como aqui, em Brasília, ou na cúpula de Québec, em qualquer parte, se tenha como certo que, da Terra do Fogo ao Alasca, o desvio da democracia é, realmente, inaceitável. Portanto estamos, todos, marchando para algo do espírito kantiano, algo no sentido de acreditar que é possível, realmente, estabelecer um mundo de mais paz. Na nossa região, conseguimos, entre países, totalmente. No último conflito que havia, que era o do Equador e o Peru, graças aos esforços nossos e dos Estados Unidos, nós conseguimos selar a paz. Temos, realmente, de uma maneira persistente, no Brasil, insistido no fato de que é preciso generalizar esse espírito de paz. É difícil. É difícil e, muitas vezes, perde-se quase a confiança de que o caminho possa ser trilhado. E não só a parte externa. Estamos vendo aqui, na Colômbia, um processo dramático e inaceitável também de uma confusão entre ideais políticos do passado, que já morreram na verdade, com práticas de narcotráfico e de terrorismo, e vê-se a dificuldade que existe para que possamos, efetivamente, criar uma situação em que a democracia se imponha.

Essa paz que buscamos hoje não é mais pensada apenas – e vou voltar ao tema mais adiante – em termos de uma paz negativa. É uma paz positiva. Não é só a não-existência de conflito. Essa paz positiva, no mundo de hoje, tem muitas acepções. A mais imediata, mais visível, é a do combate ao terrorismo. Mas, muito perto disso, está o combate ao narcotráfico. E, muito perto do combate ao narcotráfico, o combate à lavagem de dinheiro. E muito perto do combate à lavagem de dinheiro, uma ação mais eficaz contra os paraísos fiscais. A posição do Brasil tem sido muito forte nesse sentido. Não podemos deixar de combater de uma maneira conseqüente esse conjunto de processos que terminam por impedir que exista, realmente, uma paz no sentido de que ela seja um reforço da democracia e da liberdade.

A verdade é que, a despeito disso, pouca atenção tem sido concedida, até hoje, às fontes do dogmatismo e da intolerância.

Aqui, tenho que me referir ao que está acontecendo, mais recentemente, entre Israel e os palestinos, que é uma coisa que a todos nós dói. E dói mais na medida em que temos, aqui no Brasil, a convivência, da maneira mais harmoniosa de israelenses, judeus, muçulmanos, árabes. Não aceitamos, nem podemos aceitar a teoria do conflito das civilizações, do choque de civilizações. Há muitos caminhos no mundo muçulmano. Há muitos caminhos no mundo judaico. Há muitos caminhos no Ocidente. A história não pode se limitar a uma espécie de estigma, este é um bloco ou uma coisa só, em bloco é bom ou em bloco é mau. Quando se pensa dessa maneira, quando se aceitam as polaridades da Guerra Fria a que me referi, se vai, necessariamente, ao conflito. Esse é o desafio da paz do mundo de hoje.

Talvez não seja mais como foi no tempo da Guerra Fria – quem sabe, tomara não seja – o conflito entre Estados, entre Estados armados. Mas talvez tenha sido esse conflito substituído por um conflito em termos de estado de espírito que está, digamos, aceso pelo fundamentalismo e que se dissemina mais além do Estado que alcança a sociedade, alcança as populações, alcança os povos.

Talvez esse seja o mais difícil pacto a ser alcançado, que é um pacto de convivência, não apenas entre as nações, mas entre os povos e entre as culturas. Não será pela força das armas. Não será, sequer, pela palavra dos Estados. Só se há de conseguir o caminho da paz nesse mundo em que o conflito se dissemina e que encontra raízes que são irracionais, porque são fundamentalistas, se ele for o de uma conscientização cada vez mais ampla.

O caminho de paz está nesses vídeos mostrando o que faz a comunidade israelita de São Paulo. E ao ver o que foi projetado aqui nesses vídeos – as crianças dizendo como querem um mundo melhor – vê-se que esse é o caminho da paz. Agora, esse caminho pelo qual nós todos estamos dispostos a lutar, não vai resolver todos os conflitos. Então, temos, hoje, talvez, um desafio mais difícil que na época da Guerra Fria. Temos, nesse momento, “guerras quentes”, que não são guerras clássi-

cas. Temos um estado de irracionalidade, de rejeição do outro, que não está baseado só nos Estados. Está baseado em crenças, muitas vezes religiosas, outras vezes laicas, mas que têm um fundamento na razão. Não podem, portanto, ter acolhida num espírito democrático fundamentado numa tradição, nem na nossa, brasileira, de boas relações, nem no Iluminismo europeu.

Nesse ponto é preciso que haja também a compreensão de que ações são necessárias. Não só as ações da pregação, que são sempre necessárias, do diálogo e da convivência entre as culturas, as religiões, as civilizações. Há momentos em que a ação tem que ser uma ação enérgica também dos Estados. Nós estamos diante de desafios como este. Hoje, nós estamos no limite de um conflito mais aberto, que ninguém sabe, depois, como termina.

Hoje – talvez até tenha sido simbólico neste dia do nosso encontro – o Conselho de Segurança das Nações Unidas votou por 14 votos contra a reserva de um só – que deu suas razões de por que não – de novo, pela criação do Estado Palestino. Todos votaram, inclusive o representante americano. E mais, foi aceita a proposta da Arábia Saudita de um entendimento que signifique, realmente, paz, não apenas entre Israel e os palestinos, mas todo o mundo árabe e Israel. Esse é um passo extremamente importante. Tinha sido uma oferta do governo da Arábia Saudita. Eu olhei aquilo e fiz uma referência numa conferência que tive, mas não tinha encontrado eco.

Pois bem, hoje todos os membros do Conselho de Segurança encontraram um caminho por aí. Por quê? Porque o mundo não pode mais continuar de braços cruzados vendo povos que estão, um ao lado do outro, que têm milênios de convivência, matando-se. Não é aceitável isso mais.

Não tem cabimento que nós tenhamos que ver, como ainda hoje vi nos jornais do Brasil todo, o corpo de uma pessoa sendo esfaqueada porque teria, eventualmente, servido ao Estado de Israel. Ainda que tivesse, que se fosse condenado, se ele fosse palestino, que se prendesse, mas matar? E, depois, de matar, esfaquear de novo. Onde estamos? É a guerra de todos contra todos. É o ódio. Até a guerra tem certa lógica. Quando a

lógica da guerra é substituída pelo ódio, quando não há mais estratégia, senão um impulso irracional, aonde isso vai parar? Aí, todos estamos diretamente ligados ao que está acontecendo. Aí, o Governo do Brasil tem obrigação, como tem feito, de se colocar à disposição para ajudar essa paz. Porque nós somos amigos de Israel, porque nós temos árabes vivendo aqui, porque nós temos a capacidade da ponte, do diálogo.

Então é também, uma responsabilidade nossa na construção da paz.

Não quero mais cansá-los. Minha mensagem é simples: é dizer que a construção da paz, hoje, é responsabilidade de cada um de nós. Diferente, obviamente, de acordo com a nossa responsabilidade e com a responsabilidade de cada um dos países. Mas não bastam mais os Estados. A paz se tornou imperativa pela irracionalidade que o conflito está tomando em certas partes do globo. E não é só entre Israel e os palestinos. Há muitas outras partes do globo onde está tudo por um fio. Na Cashemira – entre a Índia e o Paquistão, o risco é imenso. E ambos são potências atômicas.

É de tal magnitude o risco que não dá mais simplesmente para nós cruzarmos os braços. É preciso mais ação e mais energia. E essa ação e essa energia só terão, realmente, a força moral, porque quando se trata de um fenômeno generalizado e de fundamento irracional, não é a força da arma que vai conter isso, é a força moral. Se, efetivamente, um povo, como o povo judeu, cuja religião, cuja cultura é de paz, assumir como tarefa sua, com generosidade, construir essa paz, ele vai construí-la. Porque nós somos de paz. Nós, brasileiros. Permitam-me – nós, judeus – no sentido amplo. Somos de paz. Temos obrigação de trabalhar com mais afinco por essa paz.

Temos, aqui, exemplos abundantes. Melhor nem citar. Mas costumo sempre dizer que o meu Ministro do Exterior é judeu, e o Vice-Ministro é árabe. Eu disse isso ao Presidente Bush. E nunca nenhum de nós se preocupou com essas características. Estão lá porque são grandes diplomatas, porque servem ao Brasil. E não por terem tal ou qual característica de origem cultural.

Então, se nós somos isso e se a paz hoje depende vitalmente de um sentimento moral, de uma impulsão moral que diga que não dá para

aceitar tanta barbárie, não podemos deixar que, outra vez, o mundo seja guiado, como parece estar começando a ser desenhado por aí, como se houvesse só o bem e o mal.

É imperdoável quem jogou os aviões nas torres. É inaceitável. Isso repugna a todos nós. Comecei dizendo isso, e isso é óbvio. O depoimento aqui do nosso Capitão dos Bombeiros comoveu a todos nós. Queremos que isso não aconteça nunca mais. E esse nunca mais é difícil, porque isso pode acontecer de um momento para o outro, em qualquer parte do mundo, enquanto houver o ódio rodeando as pessoas, enquanto as pessoas acharem que o sacrifício da sua própria vida é necessário. Para quê? Para estabelecer uma ordem, que não se sabe qual é, porque não se estabeleceu o diálogo, não se tem regra, não se teve disposição de dizer qual é o limite, e se quer que todo mundo seja alinhado numa só posição. Não é o nosso caminho.

O caminho dessa Congregação tem sido também o do diálogo, tem sido o caminho democrático mantido pela liberdade, o caminho do respeito ao outro. São coisas simples, essenciais. Mas são valores fundamentais. E nós, brasileiros, temos que, com muita força, dadas as nossas características, pelo mundo a fora, lutar por esses mesmos ideais.

E quando, em qualquer dos fóruns internacionais em que eu estou, reclamo que a ordem global é assimétrica, é porque quero a paz, e porque eu sei que a paz precisa de justiça social. Quando, não só eu, nós todos, nos mais diferentes momentos, nos manifestamos contra a desigualdade e a injustiça, é porque nós queremos a paz.

Não estou com isso dizendo que o fundamento do terror é a pobreza, porque não é. O fundamento do terror é a irracionalidade, é a violência em si que é inaceitável. Mas estou dizendo que nós temos que, de um jeito ou de outro, juntos, colocar um ponto final nessa marcha da insensatez. E nós vamos colocar.

Shalom!